

IMPACTOS NA DINÂMICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS (BA) TENDO A RESEX COMO FATOR DE INFLUÊNCIA

AGUIAR, Paulo César Bahia de¹; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos²;

FONTES, Ednice de Oliveira³

RESUMO: No Município de Canavieiras (BA), a criação de uma Reserva Extrativista Marinha - RESEX, em junho de 2006, foi concebida como um mecanismo no sentido da restauração do meio ambiente já degradado ou da conservação do meio ambiente ameaçado de degradação. O principal objetivo desta pesquisa se concentra em apresentar impactos na dinâmica ambiental do referido município tendo a Resex como fator de influência. Como metodologia, fez-se um elenco de um conjunto de impactos negativos que vinham ocorrendo sobretudo antes da criação da Reserva, tanto na área que passou a ser abrangida por essa Unidade de Conservação quanto em suas adjacências, conforme o apresentado no mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede Manguemar Bahia (S.d.), e o descrito por Machado (2007), a partir do constatado em sua visita de campo à área em 2006. Para análise dos impactos ambientais tendo a Resex como fator de influência, fez-se levantamento em fontes documentais sobre o assunto em questão, além de diálogos com o Assessor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal e representantes da Administração do ICMBio/Resex Canavieiras, além de observações *in loco* em algumas áreas específicas. Construiu-se ainda um mapa de uso do solo da área da Resex e de suas adjacências, acompanhado de respectiva tabela. A criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras trouxe alguns impactos na dinâmica ambiental municipal: coibiu certos impactos ambientais em sua área de abrangência e em suas adjacências, além de possibilitar a conservação de ecossistemas; contribuiu para restauração de algumas áreas degradadas, a exemplo de áreas de manguezais; contribuiu para a conservação, reprodução e desenvolvimento de espécies, aumentando significativamente o número dos seus indivíduos; garantiu formalmente a territorialidade dos extrativistas sobre certos espaços; e impactou negativamente certas atividades econômicas, a exemplo da carcinicultura e dos resorts.

Palavras-chave: Município de Canavieiras. Reserva Extrativista. Impactos Ambientais.

¹ Geógrafo. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. E-mail: prof.pauloaguiar@bol.com.br

² Profa. Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz – Dra. do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais. E-mail: amoreau@uesc.br

³ Profa. Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz – Dra. do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais. E-mail: ednice@uesc.br

IMPACTOS AMBIENTALES EN LA DINÁMICA DE CANAVIEIRAS (BA) TENIENDO LA RESEX COMO FACTOR DE INFLUENCIA

RESUMEN: En el municipio de Canavieiras (BA), la creación de una Reserva Marina de extracción, en junio de 2006, fue concebido como un mecanismo para la restauración o la conservación del medio ambiente. A partir de este hecho, el objetivo principal de esta investigación se centra en la presentación de los impactos ambientales sobre la dinámica del municipio con la reserva extractiva como palanca. La creación de la Reserva de Extracción Marina Canavieiras traído algún impacto en la dinámica municipal de medio ambiente: algunos impactos ambientales frenado en su área y sus alrededores, además de facilitar la conservación de los ecosistemas y contribuido a la restauración de áreas degradadas, áreas de los manglares; contribuyendo a la conservación, el desarrollo y la reproducción de las especies, aumentando significativamente el número de sus individuos; formalmente aseguró a la territorialidad de las extrativas em ciertos espacios, y impactos negativo em determinadas actividades econômicas, tales como las carcinoculturas (camerún em cautividad) e los resorts.

Palabras llaves: Canavieiras. Reserva Extractiva. Impactos Ambientales.

INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação têm sido vistas como um importante mecanismo na busca pela sustentabilidade de certos ambientes e seus recursos. Neste sentido, as Reservas Extrativistas se constituem em instrumento estratégico para tal fim, pois as mesmas contribuem não somente à conservação dos recursos naturais, como à participação interativa das populações tradicionais nesse processo. Sendo que, dentre estas, as Reservas Extrativistas Marinhas assumem papel substancial, por serem criadas em ambientes de interação de diversidades de ecossistemas, e em função da maior parcela da população brasileira se encontrar distribuída pela faixa litorânea do território nacional.

No Município de Canavieiras (BA), a criação de uma Reserva Extrativista, em junho de 2006, em área litorânea do município, inclusive nas áreas onde estavam previstas a inserção de alguns resorts, foi concebida como um mecanismo no sentido da restauração do meio ambiente já degradado ou da conservação do meio ambiente ameaçado de degradação, além da possível garantia das condições de sobrevivência de trabalhadores artesanais; mas também inibiu a inserção ou permanência de certas atividades econômicas não típicas do extrativismo em sua área de abrangência, tornando-se, por conseguinte, objeto de posicionamentos antagônicos e conflitos de interesses diferenciados.

Este município tem na pesca artesanal uma importante atividade econômica,

sendo um importante produtor no estado, sendo também detentor de significativa riqueza natural (extenso litoral, extenso estuário, vastas áreas de manguezais, diversidades de espécies da fauna e flora, etc.) e apresentando distribuídos pela sua faixa litorânea sete núcleos/comunidades tradicionais.

Partindo desta realidade, o principal objetivo deste trabalho se concentra em apresentar impactos na dinâmica ambiental do Município de Canaveiras tendo a Resex como fator de influência.

O Município de Canaveiras encontra-se localizado na Mesorregião Sul Baiano, Microrregião Ilhéus-Itabuna, conforme regionalização para o Estado da Bahia proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Figura 1). Possui uma área de 1.375,56 km², com população estimada de 36.911 habitantes (IBGE, 2008). Limitando-se ao Norte com o município de Una, a noroeste com Santa Luzia, ao Sul com Belmonte, a Oeste com Mascote e ao Leste com o Oceano Atlântico. A sede do município dista em linha reta cerca 380 km da Capital do Estado e se encontra localizada na latitude Sul de 15°40'40", e longitude Oeste de Greenwich de 38°56'56".



Figura 1- Localização da área de estudo no Estado da Bahia.
Elaboração: SOUZA, Cristiano Marcelo, 2010.

A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras foi criada pelo Decreto Federal de 5 de junho de 2006, e possui uma área de 100.645,85 hectares, abrangendo o litoral do Município de Canavieiras, e pequenas porções dos litorais dos Municípios de Una (Ilha de Comandatuba) e de Belmonte, este representado por um trecho da margem direita do Rio Jequitinhonha, próximo a sua foz (Figura 2).

Conforme o memorial descritivo que compõe o decreto de criação dessa reserva, da área total da mesma em torno de 5,5 mil hectares são de terra firme; 15,5 mil hectares são de manguezais, rios e barras; e 79 mil hectares de mar. Sete comunidades tradicionais do Município de Canavieiras são beneficiadas diretamente com a criação da reserva: Oitica, Puxim do Sul, Puxim de Fora, Barra Velha, Canavieiras (Sede Municipal), Atalaia e Campinhos; e uma comunidade no Município de Belmonte, a de Barranco Alto.

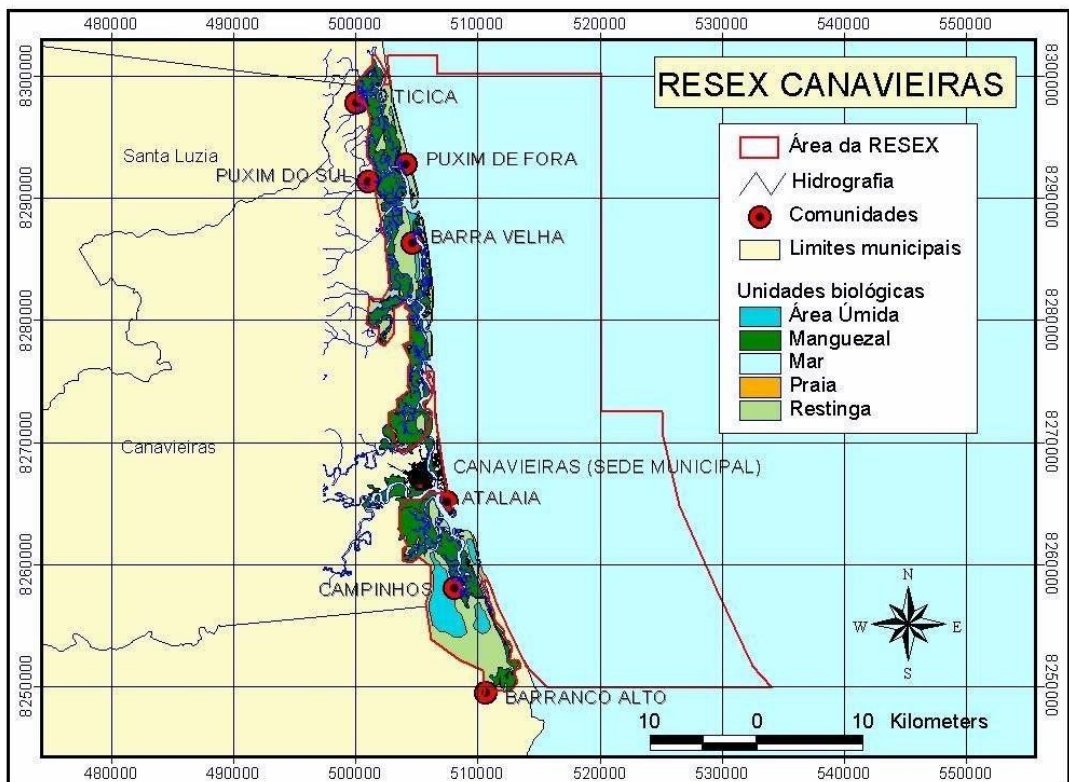


Figura 2 – Área de abrangência da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente fez-se um elenco de um conjunto de impactos negativos que vinham ocorrendo e que foram identificados, sobretudo antes da criação da Reserva, tanto na área que passou a ser abrangida por essa Unidade de Conservação quanto em suas adjacências, conforme o apresentado no mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede Manguemar Bahia (S.d.), e o descrito por Machado (2007), a partir do constatado em sua visita de campo à área, empreendida em 2006.

Para análise, propriamente dita, dos impactos ocorridos na dinâmica ambiental do Município de Canavieiras tendo a Resex como fator de influência, fez-se levantamento em fontes documentais sobre o assunto em questão, além de diálogos informais com o Assessor de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Canavieiras e representantes da Administração do ICMBio/Resex Canavieiras, além de observações *in loco* em algumas áreas específicas. Tais informações permitiram, até certo ponto, fazer uma breve análise de alguns dos impactos ocorridos na dinâmica ambiental do Município de Canavieiras tendo a Resex como fator de influência; sendo que, como dinâmica ambiental, levaram-se em consideração as dimensões ecológica, espacial, cultural, social e econômica.

Construiu-se ainda um mapa de uso do solo da área da Resex e de suas adjacências, acompanhado de respectiva tabela, especificando as classes de uso do solo, a extensão de cada classe de uso do solo bem como sua representação percentual tanto dentro da Resex quanto em suas adjacências, bem como a localização das fazendas de carcinicultura e dos resorts que estavam previstos se instalarem no litoral do município, objetos de conflitos para com a Resex.

O mapa de uso e ocupação da área da Resex e adjacências foi elaborado com base em imagem de satélite Geoeye do ano de 2009, já georreferenciada para a área de estudo. A partir desta imagem foram extraídas assinaturas espectrais das diferentes classes de uso do solo (restingas, área urbana, mangue e áreas úmidas) com uso do software Erdas imagine 9.2, na qual foram coletadas 15 amostras espectrais para cada classe. A partir do banco de dados de assinatura e imagem de satélite é possível gerar uma classificação das classes de uso presente na imagem. Este procedimento foi realizado com uso da ferramenta de classificação supervisionada, na qual o método empregado foi o de verossimilhança. Após a classificação da imagem, gera-se um novo arquivo com distinção entre as classes mapeadas, porém devido as classes apresentar assinaturas espectrais semelhantes houve áreas com mapeamento equivocado, o que foi corrigido mediante a utilização da ferramenta raster editor do ArcGis 9.3.

AS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ÂMBITO INSTITUCIONAL E AS RESEXs MARINHAS

O extrativismo amazônico se constituiu em uma bandeira de luta para a criação das Reservas Extrativistas. Sua institucionalização veio a se constituir na concretização dessa histórica luta dos extrativistas da Região da Amazônia Legal.

Conforme explicitado por Rueda (1995), em 1982 o Governo Federal já apresentava mostras de possivelmente defender o extrativismo amazônico, em função de impasses entre o INCRA e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), por causa dos projetos de colonização do INCRA e da política de aumento da produção da borracha por parte da SUDHEVEA.

Contudo, o papel do Governo Federal na institucionalização das reservas extrativistas só vai se tornar efetivo após discussões, consensos e reivindicações por parte dos extrativistas, propiciado pelo fortalecimento do sindicalismo da categoria.

Segundo Rueda (1995), no ano de 1985 foi lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária e os olhares da sociedade brasileira se dirigiram para esse tema; nesse mesmo ano ocorreu em Brasília o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em que seringueiros advindos de diferentes regiões debateram a oficialização da proposição de criação das reservas extrativistas, que contribuiria para a regularização da questão fundiária, a proteção da floresta e a garantia do meio de trabalho dos extrativistas.

Cunha (1992, p. 9) apresenta que

Em plano institucional, Reserva Extrativista ganha corpo em duas instâncias: no Plano Nacional de Reforma Agrária, estando presente, especificamente, no “Projeto de Assentamento Extrativista”, (PAE), conforme Portaria 627 de 30 de julho de 1987, do INCRA; e, também, fazendo parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conforme Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, artigo 9, e Decreto 98.897, regulamentado em 30 janeiro de 1990, como uma unidade de manejo sustentável dos recursos naturais.

No ano de 1990 foram criadas oficialmente as quatro primeiras Reservas Extrativistas: Chico Mendes e Alto Juruá, no estado do Acre; Rio Cajari, no estado do Amapá; e Rio Ouro Preto, no estado de Rondônia (BRITO e CÂMARA, 2001).

As reservas extrativistas, a partir de então, passaram a ser responsabilidade do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que, conforme portaria Nº 22-N desse instituto, de 10/02/1992, aquelas passaram a ser geridas pelo Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT. O CNPT veio a se constituir em um órgão ligado ao IBAMA

criado com o objetivo principal de gerência, execução, assessoramento e monitoração dos programas específicos das reservas extrativistas (RUEDA, 1995; CUNHA, 1992).

Com a portaria IBAMA Nº 51 de 11 de maio de 1994 ficou estabelecido oficialmente o roteiro para criação e legalização das reservas extrativistas. Esta portaria, contudo, foi revogada pela Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 16/10/1998. E esta Instrução Normativa, por sua vez, foi revogada pela Portaria IBAMA nº 76, de 14/09/1999.

O advento da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que veio a estabelecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC -, trouxe, dentre outras, a conceituação para extrativismo, população tradicional e Reserva Extrativista; e questões ligadas à instituição, gestão e usos das Reserva Extrativistas.

Dentro da Política Nacional do Meio Ambiente as Reserva Extrativistas se enquadram na categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável. E a Lei nº 9.985 de 18/07/2000, em seu artigo 18, define Reserva Extrativista como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (MMA, 2004).

Segundo Valencio et. al. (2009, p. 2)

O decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamentando artigos da Lei supra, reitera, no seu capítulo primeiro, inciso II, que os povos tradicionais são os novos beneficiários dessa nova territorialidade institucionalizada pelo Estado. Instruções Normativas posteriores desenharam o roteiro de gestão que definiu, dentre outros, a necessidade de deliberações participativas no processo de planejamento do lugar, o qual deve culminar na aprovação, democrática, através de conselho localmente instituído, de um Plano de Manejo.

Ainda segundo estes mesmos autores (*ibidem*, pp. 2-3),

Compete, atualmente, ao Instituto Chico Mendes (ICMBio) editar normas e padrões de gestão das RESEXs, dentre outras Unidades de Conservação; fiscalizar e aplicar penalidades administrativas ambientais ou compensatórias no caso de haver degradação ambiental; disseminar informações aos atores envolvidos e propor metodologias para a gestão ambiental sustentável. Assim, este órgão, que resultou de um desmembramento do IBAMA na gestão Marina Silva, tem como espírito apoiar, como agente do Estado, um novo *modus operandi*, diverso das assimetrias da situação de classe, na forma de decidir quais meios de produção, objetos de trabalho e relações sociais serão favorecidas na relação com o meio biótico e abiótico local.

Ao longo do tempo, vem sendo criadas Reservas Extrativistas em diversos pontos do território nacional, quer seja dentro da Amazônia Legal ou mesmo aquelas criadas ao longo da faixa litorânea (as RESEX Marinhas, ou, simplesmente, REM). Sendo que a primeira Reserva Extrativista Marinha foi criada em 1992 em Florianópolis, estado de Santa Catarina (Reserva Extrativista Marinha Pirajubaé), ou seja, cerca de dois anos depois das primeiras Reservas Extrativistas criadas na Amazônia Legal. Não obstante, a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, se constituiu em um símbolo e um exemplo para criação de novas RESEXs Marinhas no litoral brasileiro.

Contudo, o processo de implementação de Reservas Extrativistas Marinhas vêm em contínuo aperfeiçoamento, pois as mesmas estão inseridas em contextos socioculturais e de ecossistemas diferenciados em relação às experiências das RESEXs Amazônicas.

Conforme dados do ICMBio (2009 apud Valencio et al, 2009) entre os anos de 1990 e 2008 foram criadas cinquenta e sete Reservas Extrativistas ao longo do território nacional, sendo que desse total dezenove se constituem essencialmente em Reservas Extrativistas Marinhas, ou seja, são RESEXs criadas em zonas costeiras e em interação direta com o mar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Impactos Ambientais Negativos Verificados Antes da Criação da Resex

Alguns impactos ambientais, sobretudo antes da criação da Reserva Extrativista, vinham sendo percebidos dentro da área na qual a mesma foi criada ou em suas adjacências. A identificação de tais impactos negativos em certos ecossistemas, impactando também indiretamente as populações que desses ecossistemas retiravam o seu meio de subsistência, tendo como principais agentes certas atividades econômicas, se tornaram objeto de conflitos para com populações de extrativistas, e posteriormente para com a própria Resex.

No mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia, desenvolvido pela Rede MangueMar Bahia (S.d.), no que se refere ao Município de Canavieiras o mesmo apresenta que ainda no ano de 2002 foi observado por pescadores locais a mortandade de caranguejos, peixes e crustáceos no Rio Cedreiro, que depois se estendeu pelo Rio Cotovelo e chegou a Barra Velha e Poxim. E observou-se

ainda que próximo a uma fazenda de carcinicultura, em Poxim, estava sendo despejados efluentes contaminados.

Nesse mapeamento vem elencado, para o Município de Canavieiras, um conjunto de impactos, e que são listados a seguir:

- Interdição de acessos a manguezais e portos por cercas e tanques;
- Construção de barreiras entre tanques e estuário e que vieram a se romper permitindo assim o escape da espécie exótica de camarão *Litopenaeus vannamei* para o rio da Barra Velha, o que possivelmente veio trazer algum impacto na cadeia trófica;
- Desmatamento de manguezais dentro da Resex;
- Implantação de fazendas de camarão sobre áreas de apicum, habitat do guaiamu, o qual apresentou significativa redução na sua população;
- Assoreamento do manguezal, pelo deslocamento de areia utilizada nas barreiras para o estuário em Poxim;
- Drenagem de várias áreas úmidas (brejos e lagoas) onde os peixes se reproduziam e os rios próximos ficaram assoreados;
- Contaminação de águas de rios pelas águas lançadas sem tratamento pelas fazendas no momento das despescas;
- Destruição de imensa quantidade de alevinos e outros microorganismos quando bombeados para dentro dos tanques; e morte de outros no momento das despescas.

Machado (2007), em visita de campo à área em 2006, identificou um conjunto de impactos ambientais sobre manguezais do município. Esses impactos foram: pressões decorrentes da ocupação humana desordenada, ausência de sistema de esgotamento sanitário, disposição de lixo a céu aberto, corte e aterro de áreas de manguezal e conflitos que influenciam a pesca.

Nos “núcleos/comunidades tradicionais”, na faixa litorânea do município, este autor (Ibidem) ainda especificou que ocorrem problemas como lixo queimado, lixo enterrado, lixo no mangue, fossa negra, fossa sumidouro, vala, matadouro, corte de mangue, concorrência com áreas de uso do turismo, privatização e fechamento dos acessos aos portos, desrespeito aos períodos de defeso das espécies, uso de instrumentos de pesca com eficiência predatória e uso desordenado dos ecótonos que fazem limite com os manguezais. Além de problemas ocasionados por atividades agrícolas e de pecuária desenvolvidas nas áreas de transição entre manguezais e restinga. Contudo, pontua que as principais pressões são aquelas advindas da carcinicultura, no entorno das áreas de mangue.

Impactos Ambientais Tendo a Resex Como Fator de Influência

A criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, e, por extensão, o seu processo de implantação trouxeram alguns impactos na dinâmica ambiental do município. Entenda-se aqui por dinâmica ambiental não apenas o referente à fauna, flora e meio físico, em dimensão ecológica, mas sim a algo mais amplo que abrange outras dimensões, como o social, o econômico, o espacial e o cultural.

Contudo, esses impactos, embora significativos, e alguns deles fatores de polêmica, não foram extremos, pois, no que se referem aos ecossistemas presentes na área de abrangência da Resex, sobretudo o de manguezais, embora impactados de forma localizada por certas atividades, ainda se encontravam em bom estado de conservação, sendo considerado um dos mais bem conservados dentro do estado. Ademais, a referida Unidade de Conservação tem pouco mais de quatro anos de criada, portanto os impactos da mesma na dinâmica municipal ainda estão em curso, e a serem percebidos.

→ Impactos na dimensão ecológica:

A presença da Reserva Extrativista e, por extensão, as ações de gestão e fiscalização por parte de sua administração, com o apoio do IBAMA, tanto dentro quanto fora do perímetro da Resex, têm propiciado a inibição a certos impactos ambientais a ecossistemas por parte de algumas atividades, bem como a identificação e coibição de ações predatórias por parte de indivíduos. Embora ações predatórias ainda possam ser também encontradas nas práticas de alguns extrativistas, através das técnicas utilizadas e desrespeito a períodos de reprodução das espécies.

Essas ações de gestão e fiscalização já têm surtido alguns efeitos práticos no campo ecológico, como a conservação de ecossistemas, restauração de algumas áreas degradadas, a exemplo de áreas de manguezais, propiciando não somente a conservação, como também a reprodução e desenvolvimento de espécies, aumentando significativamente o número dos seus indivíduos. Contudo, frisa-se que a restauração de algumas áreas de manguezais já vinha em curso antes da criação da Reserva, através de trabalhos desenvolvidos pela ONG ECOTUBA.

Segundo Leão e Freitas (2011a, p. 5)

Uma das primeiras preocupações no processo de implantação da Resex foi o diagnóstico e a fiscalização ambiental das atividades potencialmente impactantes existentes na região de inserção da unidade, como os empreendimentos empresariais utilizadores de recursos ambientais, os períodos de defeso de espécies marinhas e crimes ambientais em geral.

Neste sentido foram realizadas diversas operações de fiscalização e monitoramento com resultados surpreendentes em termos de conservação. No defeso do caranguejo, por exemplo, as primeiras operações chegaram à surpreendente marca de mais de 10 mil caranguejos apreendidos, enquanto as últimas apreenderam menos de 2 mil unidades ao longo de todo período de defeso.

O Município de Canavieiras se constitui no principal produtor no Estado da Bahia da espécie de caranguejo denominado de Uca – *Ucides cordatus* –, sendo este um dos principais produtos da Resex de Canavieiras. Em recente operação realizado pelo ICMBio (ano de 2011), em conjunto com o IBAMA e Polícia Militar da Bahia, foram apreendidos no município, entre caranguejo Uca e Guaiamum, cerca de 22.500 indivíduos, o que foi considerado um recorde, o que possibilitou com que se percebesse um significativo aumento desse produto se comparado aos últimos 5 anos (LEÃO e FREITAS, 2011c, p. 5).

→ Impactos na dimensão espacial e cultural:

A utilização de espaços estuarinos, de mar e manguezais para prática de suas atividades tem sido uma característica das populações abrangidas pela Resex. Tais espaços, além de ambiente de trabalho se constituem também em ambientes de troca e solidariedade (MACHADO, 2007). A territorialidade sobre esses espaços, garantida formalmente sob a proteção da Unidade de Conservação, tem contribuído para garantir a esses trabalhadores a utilização desses espaços de forma continuada. Nos casos em que essa territorialidade foi impedida, devido a certos empreendimentos, a Reserva se constitui em um instrumento que, após as devidas regularizações fundiárias, em tese proporcionará novamente a re-territorialização dos trabalhadores artesanais sobre esses espaços.

A legislação pertinente sobre o assunto pontua que além do seu perímetro, esse tipo de Unidade de Conservação deve ter delimitado também a sua área de influência (ou área de amortecimento), que deverá constar definida em seu plano de manejo. Algumas áreas do território municipal que, antes da criação da Reserva, as decisões gestoras eram tomadas pelo Poder Público Municipal, passaram, com a criação da Reserva, a ser competência em parte do Poder Público e em parte da administração da Unidade de Conservação, ou conjuntamente através do consentimento um do outro.

No âmbito cultural, os aspectos característicos dessas populações, que fazem dos recursos naturais sua fonte de subsistência, são típicos das condições socioeconômicas e ambientais do contexto no qual estão historicamente inseridas, com seus costumes e

técnicas relativos a essa realidade, e não com significativas tradições culturais como o é comum em outras realidades. Não obstante, esses aspectos culturais característicos, associados às belezas cênicas do ambiente, são elementos que podem ser utilizados como atrativos para promoção do ecoturismo de forma sustentável, propiciando assim a outras populações contato e um melhor conhecimento dessa realidade.

Ao longo de gerações, os instrumentos e as técnicas utilizadas na prática da atividade pesqueira no município por parte do que consideramos como população tradicional permaneceu pouco alterada, fruto da adaptação de um grupo humano a um ecossistema específico (MACHADO, 2007, p. 109).

A criação da Reserva Extrativista não trouxe significativas transformações no sentido de alterar a realidade espacial e cultural das populações abrangidas pela Unidade de Conservação, mas sim de protegê-las. Embora no âmbito cultural, sob certos aspectos, transformações, em alguns núcleos, se dão lentamente no sentido de sua alteração em função do próprio contato que moradores passam a ter com novas realidades típicas da sociedade urbano-capitalista, a exemplo da sede municipal, de certo modo adaptando-as ao seu contexto, sobretudo através da inserção de certos objetos técnicos ou certas funções que intermediam relações sociais. Também o fato de muitos trabalhadores artesanais, tanto da Sede Municipal como das outras comunidades terem se associado às respectivas associações representativas de suas comunidades, e estas estar sob a representação de uma associação representativa maior, a “AMEX - Associação Mãe dos Extrativistas”, e esta por sua vez submissa a Administração do ICMBio/Resex Canavieiras, tem possibilitado uma maior articulação entre os extrativistas dos diferentes núcleos/comunidades tradicionais, permitindo assim maior troca de experiência entre os mesmos.

→ Impactos na dimensão socioeconômica:

A dimensão socioeconômica, juntamente com a ecológica, foram as dimensões que mais se perceberam transformações, ou as que mais sofreram impactos tendo a Resex como fator de influência. Essa Unidade de Conservação trouxe tanto influência positiva para atividades econômicas típicas do extrativismo, cujos recursos são extraídos em sua área de abrangência, quanto negativa para atividades não típicas do extrativismo previsto se inserir em sua área de abrangência ou aquelas já inseridas em suas proximidades. Também uma rede de serviços e outras funções foram indiretamente impactadas, algumas positivamente, outras negativamente, com a presença da Resex, em função da legislação específica que rege esse tipo de Unidade de Conservação, e dos mecanismos de gestão e fiscalização.

Com a criação da Reserva Extrativista, o meio de subsistência de pescadores e marisqueiros artesanais e de seus familiares ficaram, em tese, não somente protegido, como também garantido. Embora a efetivação dessa proteção e garantia dependa das ações adotadas pela administração da Resex.

Conjuntamente com a presença dessa Unidade de Conservação outros benefícios foram estendidos às suas populações beneficiárias, através de programas federais, e do estado, e outros em processo de planejamento e/ou encaminhamento.

Leão e Freitas (2011c) pontuam que está em processo de execução na Resex um projeto denominado de “Economia Solidária”, ligado ao Caranguejo, tendo como financiadora a FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), objetivando a organização dos tiradores e catadeiras de caranguejo e toda a cadeia que envolve essa atividade, incluindo a venda do produto, visando contribuir para a melhoria das condições de trabalho e de renda desses trabalhadores.

Estes mesmos autores (2011a, p. 5) ainda apresentam que

Várias ações de fortalecimento institucional das organizações dos extrativistas foram realizadas, culminando na formação de novas associações, principalmente a “Associação Mãe dos Extrativistas – AMEX”. Iniciativas de apoio direto aos beneficiários da Resex estão sendo implementadas, a exemplo dos projetos de construção de 160 casas residenciais, aquisição de embarcação comunitária e comercialização solidária do camarão e do caranguejo que visa melhorar a renda dos tiradores de caranguejo.

A expectativa no momento é a aplicação dos créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, ao qual os beneficiários das RESEX tem direito, mediante cadastro aprovado, que deve beneficiar mais de mil famílias de pescadores e agricultores familiares.

Ainda alguns desafios tem se interposto à administração da Resex para sua superação, a exemplo dos problemas relativos à regularização fundiária, com as devidas indenizações dos imóveis, abertura dos acessos às Barras da Ilha de Atalaia, fortalecimento das instituições componentes da Resex, utilização sustentável dos recursos da Unidade, o que para isso é imprescindível a conclusão e aprovação do seu Plano de Manejo, instrumento legal imprescindível para a gestão da mesma, além de programas de educação ambiental e políticas de fiscalização sobre destinação correta de lixo e uso e ocupação do solo de forma sustentável. Além da viabilização, de forma eficaz, do ecoturismo, realizado ainda de forma inexpressiva, aproveitando as riquezas da natureza presentes no perímetro de abrangência da Unidade de Conservação.

Em contrapartida, a presença da Reserva Extrativista com todos os seus mecanismos de proteção associados trouxe alguns impactos, com influências negativas

diretas para algumas atividades econômicas, e, indiretamente e por extensão, para outras atividades econômicas e segmentos sociais.

Diretamente a presença da Reserva Extrativista influenciou negativamente a planejada inserção dos resorts no litoral do município, inibindo, por conseguinte, a viabilização de alguns empregos que esta atividade propiciaria - embora, como é comum neste tipo de atividade, sabe-se que à população local normalmente ficam os empregos de baixa qualificação -; além de inibir certa circulação de capitais no município que proviriam em função desta atividade. De igual forma, a Unidade de Conservação trouxe relativo impacto sobre a atividade carcinicultura, através de seus mecanismos de fiscalização, através do ICMBio e IBAMA, autuando algumas fazendas devido aos impactos causados por esta atividade à natureza ou por irregularidades nas licenças das mesmas, contribuindo assim para diminuir o número de trabalhadores nas fazendas, e, conseqüentemente, na redução de capitais circulando na espaço geográfico local provindos em função desta atividade, impactando indiretamente, por conseguinte, não somente o comércio como outros setores da economia.

→ Dinâmica de uso do solo na área da Resex

Na porção continental da Resex de Canavieiras, conforme figura 3, apresentam-se discriminadas dentro da sua área de abrangência cinco classes de uso do solo: mangue, restinga, restinga herbácea, rios e áreas úmidas. Dessas classes, as maiores em representatividade da área continental da Resex respectivamente são: mangue, com 67,49 km² (41,83%) da área; restinga, com 52,39 km² (32,47%) da área; e rios, com 24,19 km² (14,99%) da área (Tabela 1). A área urbana que congrega a sede municipal e sua extensão urbana, na Ilha de Atalaia, ficou fora do perímetro da Resex.

A proximidade de fazendas de carcinicultura com a área da Resex, e os projetos dos resorts previstos se inserirem em área que ficou abrangida pela Unidade de Conservação, com terrenos já adquiridos, se constituiu nos principais fatores de conflitos em relação à mesma. Essas fazendas, por se encontrarem, em sua maioria, próximas uma das outras, e devido também à proximidade com áreas do estuário e manguezais, têm sido consideradas fator de significativo impacto.

Na figura 3 tem-se ainda apresentado as áreas nas quais se inseririam quatro dos cinco resorts que estavam previstos se instalarem no litoral do Município de Canavieiras. Embora o quinto resort previsto se instalar no sul da Ilha de Comandatuba, não se tenha obtido as coordenadas de sua localização, o por isso de sua omissão na figura, contudo, os cinco empreendimentos, com terrenos já adquiridos pelos empreendedores, estavam previstos se instalarem em áreas de restinga, em ilhas costeiras.

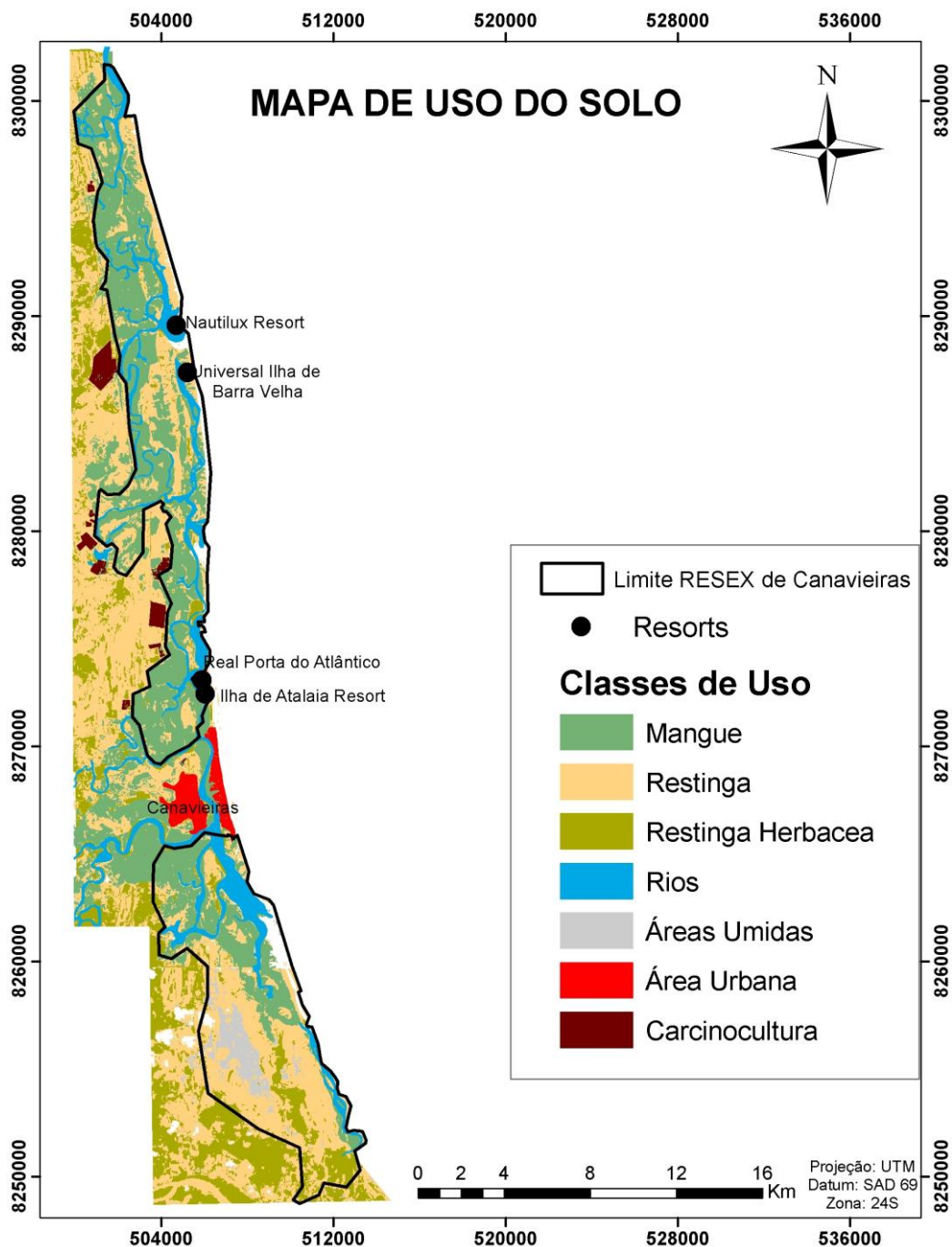


Figura 3 – Uso do solo na área da Resex e em suas adjacências.

Fonte: Geoeye, 2009.

Elaboração: AGUIAR, Paulo César B.; SOUZA, Cristiano Marcelo (2011).

Tabela 1 – Classes de uso do solo, respectivas áreas e sua representação percentual na área da Resex e em suas adjacências

| Classes de Uso | Resex e Áreas adjacentes | | Resex | |
|-------------------|--------------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | Área Km ² | Área % | Área Km ² | Área % |
| Mangue | 92,11 | 27,75 | 67,49 | 41,83 |
| Restinga | 133,34 | 40,17 | 52,39 | 32,47 |
| Restinga Herbácea | 57,73 | 17,39 | 11,34 | 7,03 |
| Rios | 31,25 | 9,41 | 24,19 | 14,99 |
| Áreas Úmidas | 6,58 | 1,98 | 5,93 | 3,68 |
| Área Urbana | 5,97 | 1,80 | 0,02 | 0,01 |
| Carcinocultura | 4,98 | 1,50 | - | - |
| Total | 331,96 | 100,00 | 161,36 | 100,00 |

Elaboração: SOUZA, Cristiano Marcelo (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e o processo de implantação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras trouxeram alguns impactos, embora não extremos, na dinâmica ambiental municipal, nas suas dimensões ecológica, espacial, cultural e socioeconômica. Esta contribuiu para coibir certos impactos ambientais em sua área de abrangência e em suas adjacências e possibilitar a conservação de ecossistemas, restauração de algumas áreas degradadas, a exemplo de áreas de manguezais, propiciando não somente a conservação, como também a reprodução e desenvolvimento de espécies, aumentando significativamente o número dos seus indivíduos.

A Resex ainda garantiu formalmente a territorialidade dos extrativistas sobre certos espaços, além de garantir o meio de subsistência desses trabalhadores artesanais e de suas famílias, e, em tese, a conservação e perpetuação de suas técnicas tradicionais e seus costumes. Trouxe alguns benefícios às suas populações, através de programas e projetos do Governo Federal e Estadual; além de impactar positivamente as atividades econômicas dos extrativistas. Em contrapartida, impactou negativamente certas atividades econômicas desenvolvidas ou previstas se desenvolverem no território municipal (a exemplo da carcinocultura e dos resorts), impactando indiretamente o comércio e outros setores da economia e alguns segmentos sociais.

A Unidade de Conservação Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras ainda influenciou a questão da gestão do território municipal, propiciando gestão dupla de algumas de suas áreas “Poder Público Municipal/Administração da Resex”.

Essas questões são abordadas ao longo do trabalho, e aqui fica expressa a

necessidade de um olhar mais aprofundado sobre o papel desta Unidade de Conservação, como mecanismo de restauração e de conservação ambiental, de gestão de parte do território municipal, de preservação das suas populações, com suas técnicas, sua cultura e do seu meio de subsistência, e também sobre as diversas outras formas de uso que podem ser feitas dessa Resex, dentro dos parâmetros da legislação e do seu plano de manejo (em construção), não só em benefício da sua população residente, mas também para o próprio município e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Francisco de Assis; CÂMARA, João Batista D. **Democratização Gestão Ambiental:** em Busca do Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Reservas Extrativistas:** Uma Alternativa de Produção e Conservação da Biodiversidade. São Paulo: NUPAUB/ USP, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/resex.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada da Bahia: 2008. In: _____. **Estimativas de População 2008.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>> Acesso em: 15 jul. 2010.

LEÃO, B.; FREITAS, S. F. **Resex de Canavieiras completará 5 anos de lutas e conquistas.** TABU, Canavieiras - BA, n. 810, p. 5-5, 2ª quinzena, jan. 2011a.

_____. **Os grandes desafios da RESEX de Canavieiras.** TABU, Canavieiras - BA, n. 811, p. 5-5, 1ª e 2ª quinzena, fev. 2011b.

_____. **Ações da RESEX de Canavieiras preservam o Caranguejo Uçá.** TABU, Canavieiras - BA, n. 812, p. 5-5, 1ª quinzena, mar. 2011c.

MACHADO, R. A. S. **O Meio Natural na Organização Produtiva da População Pesqueira Tradicional do Município de Canavieiras/BA.** Dissertação – Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007. 160p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC:** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

Rede MangueMar Bahia. **Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia** (S. d.). Disponível em: http://mangroveactionproject.org/mapeamento_bahia. Acesso em: 12 abr. 2011.

RUEDA, Rafael Pinzón. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. **Reservas Extrativistas**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, 1995.

VALENCIO, Norma et al. **Plano de Manejo de Resex Mar**: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. Disponível em: <<http://www.ds.ufscar.br/laboratorios/neped-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-sociais-em-desastres-1/valencio-et-al.-plano-de-manejo-de-resex-mar>> Acesso em: 09 ago. 2010.